

**EDITAL**

Saibam todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que nesta data foi promulgada e registrada a seguinte lei,

**LEI Nº 1.814 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019**

**DISPÕE SOBRE PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL E REFERÊNCIA SALARIAL DOS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO E AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE REGISTRO.**

**GILSON WAGNER FANTIN**, Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que, aprovada pela Câmara Municipal de Registro/SP, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Em cumprimento à Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que institui o piso salarial dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, conforme segue abaixo:

§ 1º. É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

§ 2º. A cada 2 (dois) anos, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias frequentarão cursos de aperfeiçoamento.

§ 2º a. Os cursos de que trata o § 2º deste artigo serão organizados e financiados, de modo tripartite, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

§ 3º. O piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado no valor de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, obedecido o seguinte escalonamento:

I- R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2019;

II - R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) em 1º de janeiro de 2020;

III - R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021.

§ 4º. A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei será integralmente dedicada às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias em prol das famílias e das comunidades assistidas, no âmbito dos respectivos territórios de atuação, e assegurará aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias participação nas atividades de planejamento e avaliação de ações, de detalhamento das atividades, de registro de dados e de reuniões de equipe.

Art. 2º. O Executivo Municipal mediante decreto efetuará o enquadramento dos atuais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias nas referências salariais compatíveis de acordo com a Lei Federal nº 13.708/2018.

Parágrafo único – Para o exercício de 2020 e 2021 o Executivo elaborará Decreto para enquadramento do piso salarial, caso o piso municipal esteja abaixo do valor estabelecido pela Lei Federal.

Art. 3º. Os efeitos do enquadramento do piso nacional da categoria dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias serão retroagidos para o pagamento desde janeiro de 2019.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão à conta da categoria econômica – despesa 3.1.90.11 – pessoal civil – atividade 2036, 2111 e 2121 – ficha 388, 349 e 465.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei 1.458 de 08 de outubro de 2014.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, 22 de fevereiro de 2019.**

**GILSON WAGNER FANTIN**

Prefeito Municipal

Reg. e Pub. na data supra

**DÉBORA GOETZ ACETO**

Secretária Municipal de Administração

**JOSEFA MARIA RANGEL DA CRUZ**

Secretária Municipal de Saúde

**ANTONIO MATHEUS DA VEIGA NETO**

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos